

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.464.116 - SP (2019/0066250-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO - SP149394  
MARIA APARECIDA LACERDA RAMOS - SP222586  
FERNANDA BIANCO PIMENTEL - SP167810  
ANDRESSA KHRISTIAN SILVA - SP350237  
VINICIO PEREIRA ALVES E OUTRO(S) - SP331997  
**AGRAVADO** : JOSE ILDO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : JOSÉ REINALDO LEIRA E OUTRO(S) - SP153649  
**INTERES.** : BRADESCO SAUDE S/A  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. POSTERIOR PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RECURSO PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Infere-se da minuta do agravo de instrumento que JOSÉ ILDO DE OLIVEIRA (JOSÉ) manejou recurso contra a decisão que, nos autos da ação de obrigação de fazer por ele ajuizada contra FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA. (FORD) e BRADESCO SAUDE S.A., indeferiu o pedido de tutela antecipada.

O Tribunal bandeirante deu parcial provimento ao recurso em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

*Ação de obrigação de fazer. Tutela provisória indeferimento. Inconformismo por parte do autor. Acolhimento parcial. Determinada a manutenção do autor e seus dependentes no plano de saúde, com desfrute das mesmas condições de que gozavam por ocasião da vigência do contrato de trabalho, devendo assumir o pagamento integral da mensalidade. Adoção, por cautelaridade, de valor provisório de mensalidade, enquanto não coligidos aos autos demonstrativos que atestem o somatório das parcelas a cargo do empregador e do empregado durante a vigência da relação de trabalho. Adequada exegese do artigo 31 da Lei nº 9.656/98. Decisão reformada tutela provisória parcialmente deferida. Agravo de instrumento parcialmente provido (e-STJ, fl. 272).*

Os embargos de declaração interpostos pela FORD foram rejeitados (e-STJ, fls. 324/329).

A FORD, então, manejou recurso especial calcado no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando, além de dissídio, ofensa aos arts. 141, 489, 492, 371, 374, III, e 408, todos do NCPC; 421 e 422, ambos do CC/02; e, 31 da Lei nº 9.656/98.

O recurso foi inadmitido na origem (e-STJ, fls. 334/336).

Ainda irresignada, FORD manejou o presente agravo, em cujas razões, além de reiterar seu recurso especial, sustentou o desacerto da decisão que inadmitiu o seu apelo nobre (e-STJ, fls. 339/366).

A contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fl. 368).

É o relatório.

Decido.

O recurso está prejudicado.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da perda superveniente do interesse recursal

O STJ já consolidou o entendimento de que **fica prejudicado o recurso especial interposto contra acórdão que julga o agravo de instrumento quando prolatada sentença de mérito.**

Confira-se, a propósito, a ementa do seguinte julgado:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO*

*ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. RECURSO ORIGINADO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO DO RECURSO. PREJUDICIALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. REEXAME DA CAUSA. REJEIÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. [...]*

*2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, fica prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento, quando se verifica a prolação da sentença de mérito, haja vista que nela a cognição é exauriente.*

*3. [...]*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt nos EDcl no REsp 1.390.811/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, j. 20/6/2017, DJe 26/6/2017 – sem destaque no original)

No caso, após consulta no sítio eletrônico do TJSP, verifica-se que o Juízo de primeiro grau proferiu sentença de improcedência aos 10/5/2018, estando, portanto, prejudicado este recurso.

Na forma do art. 34, XI, do RISTJ, inclui nas atribuições do relator a competência para julgar prejudicado o pedido ou o recurso em razão da perda de seu objeto.

Nessas condições, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016) **JULGO PREJUDICADO** o agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator